

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

Informações gerais sobre a Companhia

No dia 24 de agosto de 2017 a 5a Câmara do Ministério Público Federal homologou o acordo de leniência firmado pela J&F, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10a Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o acordo firmado. O Acordo prevê o pagamento de R\$10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Importante ressaltar que a Companhia não é alvo de nenhuma das operações acima mencionadas e o Acordo foi celebrado pela J&F, ou seja, o Acordo, assim como seu pagamento, não trará ônus para a Companhia.

Em 29 de novembro de 2017 a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo de Leniência, visando ao melhor interesse da Companhia.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve alterações nas políticas, estimativas contábeis e métodos de cálculo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação as demonstrações contábeis anuais levantadas em 31 de dezembro 2016.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estima de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As vidas úteis estimadas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 11.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são apenas as "Aplicações financeiras".

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidos no resultado.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual não é requerida pelas IFRS, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Novos pronunciamentos contábeis

Os novos pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB mas ainda não estão em vigor para 2017.

IFRS 9 / CPC 48, "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros e introduz novas regras de contabilização de hedge. A versão completa da IFRS 9 foi emitida em Julho de 2014. O mesmo substitui o IAS 39 que é dirigido à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. O IFRS 9

mantém, mas simplifica o modelo de mensuração e estabelece três categorias primárias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características contratuais de fluxo de caixa do ativo financeiro. Os investimentos em instrumentos financeiros patrimoniais devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado com a irrevogável opção no início, para apresentar mudanças no valor justo em outros resultados abrangentes. Existe um novo modelo de perda de crédito esperado que substitui o modelo de impairment de perdas incorridas utilizado na IAS 39. Para os passivos financeiros, não houve alterações na classificação e mensuração, exceto para o reconhecimento de mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes para passivos designados a valor justo por meio do resultado. A IFRS 9 flexibiliza os requisitos para a efetividade do hedge ao substituir os testes de eficácia. Exige que a relação econômica entre o item de hedge e o instrumento de hedge e o coeficiente de hedge seja a mesma que a administração utiliza efetivamente para efeitos de gestão de risco. A documentação suporte ainda é necessária, mas diferente da atualmente preparada de acordo com a IAS 39. A norma é efetiva para os períodos contábeis que começam em ou após 1º de janeiro de 2018 e adoção antecipada é permitida. A Companhia avaliou que não há impacto na aplicação da norma, uma vez que os instrumentos financeiros que possui não são complexos, não apresentam riscos de impactos em remensuração ou perdas futuras.

IFRS 15 / CPC 47, "Receita de contratos com os clientes", substitui o IAS 11 / CPC 17, "Contratos de Construção", IAS 18 / CPC 30, "Receita" e interpretações relacionadas e introduz os princípios a serem aplicados por uma entidade para a mensuração e reconhecimento de receitas. O novo padrão é baseado no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido para um cliente - por isso a noção de controle substitui a noção existente de riscos e recompensas. A norma permite uma abordagem retrospectiva modificada para a adoção. Sob esta abordagem, entidades reconhecerão ajustes de transição em lucros acumulados na data de aplicação inicial (01 de janeiro de 2017), sem correção do período comparativo. As empresas só terão de aplicar as novas regras para os contratos que não forem concluídos a partir da data de aplicação inicial. A data efetiva é 1 de Janeiro de 2018. A Companhia avaliou que não há impacto significativo na adoção do IFRS 15, não tendo sido necessário, portanto determinar o método de transição.

IFRS 16 / CPC 6, "Arrendamento mercantil": Esta Norma substitui a norma existente sobre arrendamento mercantil, IAS 17 - Arrendamento, e interpretações conexas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e fornecedores (locadores). Os locatários são obrigados a registrar um passivo refletindo os pagamentos futuros do arrendamento e um "direito de uso do ativo" para quase todos os contratos de arrendamentos, com exceção de alguns arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de uma pequena quantidade. Para os locadores, o tratamento contábil permanece praticamente inalterado, com a classificação dos arrendamentos operacionais ou arrendamento financeiro, e a contabilização destes dois tipos de contratos de diferentes maneiras. A norma entra em vigor em 1 de Janeiro de 2019. A empresa pode optar por aplicar a IFRS 16, antes dessa data, mas somente se ele também aplicar o IFRS 15 "Receita de contratos com os clientes". A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 e não determinou qual o método de transição que será utilizado.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|----------------|---------------|---------------|
| Caixa e bancos | 9.026 | 6.307 |
| CDB | 5.225 | 5.880 |
| | 14.251 | 12.187 |

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, estão sujeitas a risco significante de alteração de valor e são em média remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|---|---------------|---------------|
| Duplicatas a vencer | 20.863 | 18.228 |
| Duplicatas vencidas: | | |
| De 1 a 30 dias | 455 | 791 |
| De 31 a 60 dias | 30 | 41 |
| De 61 a 90 dias | 11 | 66 |
| Acima de 90 dias | 523 | 447 |
| Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD | (523) | (447) |
| | 496 | 898 |
| | 21.359 | 19.126 |

Conforme IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | (447) | (489) |
| (Adições) / Reversões | (286) | 1 |
| Baixas | 210 | 41 |
| Saldo final | (523) | (447) |

6 Estoques

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Mercadorias e produtos acabados | 3.413 | 4.786 |
| Matéria-prima e embalagens | 2.224 | 613 |
| Almoxarifado | 1.656 | 3.211 |
| | 7.293 | 8.610 |

Em decorrência da característica dos estoques perecíveis, e de rápido giro, não são identificadas necessidades de provisão para perdas nos estoques.

7 Impostos a recuperar

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|------------------------|--------------|--------------|
| ICMS | 938 | 1.044 |
| INSS | 436 | 716 |
| IRRF | 8 | - |
| PIS e COFINS | 6 | 436 |
| | 1.388 | 2.196 |
| Desmembramento: | | |
| Ativo circulante | 748 | 1.529 |
| Ativo não circulante | 640 | 667 |
| | 1.388 | 2.196 |

8 Outros ativos circulantes

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|--------------------------------|--------------|-----------|
| Contas a receber de seguradora | 5.567 | - |
| Outros | 49 | 34 |
| | 5.616 | 34 |

Durante o mês de abril de 2017, um incêndio consumiu o estoque de produtos prontos em terceiros, no operador logístico situado em Nova Santa Rita/RS, e os efeitos foram contabilizados no segundo trimestre de 2017. A apólice é celebrada em conjunto com a controladora que também possui valores a receber, diante disso, a seguradora está realizando solicitações de documentos aos segurados e a expectativa de recebimento dos valores pela Companhia é até junho de 2018.

9 Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|---|------------------|----------------|---------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Resultado antes da tributação | 14.019 | 11.600 | 14.019 | 11.600 |
| Alíquota nominal | 25% | 25% | 9% | 9% |
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social | 3.505 | 2.900 | 1.262 | 1.044 |
| (Adições) exclusões permanentes | 197 | 436 | 175 | 121 |
| (Adições) exclusões temporárias | 2.009 | 2.444 | 2.009 | 2.444 |
| Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores | 16.225 | 14.480 | 16.203 | 14.165 |
| Prejuízo fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no período) | (840) | (4.344) | (1.343) | (4.249) |
| Base imposto | 15.385 | 10.136 | 14.860 | 9.916 |
| Alíquota - 9% | - | - | 1.337 | 892 |
| Alíquota - 10% | 1.508 | 990 | - | - |
| Alíquota - 15% | 2.308 | 1.520 | - | - |
| Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e Lei Rouanet | (200) | (129) | - | - |
| Imposto a pagar | 3.616 | 2.381 | 1.337 | 892 |
| Imposto pago/compensado | (3.528) | (2.325) | (1.271) | (856) |
| Saldo de imposto a pagar | 88 | 56 | 66 | 36 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (4.953) | (3.274) | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 355 | (637) | | |
| | (4.598) | (3.911) | | |
| Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social | 32,80% | 33,72% | | |

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|--|--------------|--------------|
| ATIVO | 1.605 | 1.355 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | - | 328 |
| Provisão para contingência | 262 | 102 |
| Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa | 40 | 32 |
| PLR - Participação dos Lucros e Resultados | 619 | 389 |
| Faturamento não entregue | 19 | 68 |
| Outros | 665 | 436 |
| PASSIVO | (272) | (377) |
| Ajuste da depreciação | (272) | (377) |
| Total Líquido | 1.333 | 978 |

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

| | 31.12.17 | | 31.12.16 | | 2017 | | 2016 | |
|------------------------|----------|--------------|----------|--------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|
| | Clientes | Fornecedores | Clientes | Fornecedores | Compras de mercadorias | Receitas de vendas | Compras de mercadorias | Receitas de vendas |
| Agrícola Jandelle S.A. | - | 26 | - | - | 922 | - | 1.560 | - |
| JBS Aves Ltda | 296 | 1.996 | - | 270 | 5.940 | 1.914 | 5.033 | - |
| JBS S.A. | - | - | - | 4 | 30 | - | 80 | - |
| Macedo Agroindust Ltda | - | - | - | 69 | 432 | - | 339 | - |
| Seara Alimentos Ltda | 5 | 6.880 | - | 7.257 | 74.831 | 221 | 51.589 | - |
| | 301 | 8.902 | - | 7.600 | 82.155 | 2.135 | 58.601 | - |

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia comprou R\$82.155 (R\$58.601 no exercício findo em 31 de dezembro 2016) de matérias-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| | 31.12.17 | | 31.12.16 | |
|---|----------|----------------|----------|----------------|
| | Membros | Valor agregado | Membros | Valor agregado |
| Diretoria Executiva e Conselho de Administração | 6 | 1.212 | 6 | 845 |
| | 6 | 1.212 | 6 | 845 |

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração como base em ações.

11 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

| | Vida útil dos ativos imobilizados | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | |
|-----------------------------|-----------------------------------|--------|-----------------------|----------|----------|
| | | | | 31.12.17 | 31.12.16 |
| Terrenos | * | 7 | - | 7 | 1 |
| Imóveis | 7 a 50 anos | 8.253 | (2.977) | 5.276 | 3.164 |
| Máquinas e equipamentos | 5 a 20 anos | 27.832 | (11.350) | 16.482 | 17.044 |
| Instalações | 5 a 15 anos | 2.085 | (1.237) | 848 | 777 |
| Móveis e utensílios | 5 a 15 anos | 301 | (132) | 169 | 123 |
| Equipamentos de informática | 2 a 7 anos | 704 | (476) | 228 | 271 |
| Veículos | 2 a 7 anos | 753 | (650) | 103 | 182 |
| Obras em andamento | * | 4.889 | - | 4.889 | 4.036 |
| | | 44.824 | (16.822) | 28.002 | 25.598 |

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 obtendo entendimento sobre a adequacidade das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

b) Movimentação do ativo imobilizado

| | 31.12.16 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | 31.12.17 |
|-----------------------------|---------------|--|--------------|----------------|---------------|
| Terrenos | 1 | 6 | - | - | 7 |
| Imóveis | 3.164 | 2.380 | - | (268) | 5.276 |
| Máquinas e equipamentos | 17.044 | 2.039 | (188) | (2.413) | 16.482 |
| Instalações | 777 | 215 | - | (144) | 848 |
| Móveis e utensílios | 123 | 75 | (6) | (23) | 169 |
| Equipamentos de informática | 271 | 58 | (15) | (86) | 228 |
| Veículos | 182 | - | - | (79) | 103 |
| Obras em andamento | 4.036 | 853 | - | - | 4.889 |
| | 25.598 | 5.626 | (209) | (3.013) | 28.002 |

Depreciação do exercício

A depreciação e a amortização do exercício soma um montante de R\$ 3.048 foi reconhecida como segue: R\$ 2.905 como custo dos produtos vendidos e R\$ 143 como despesas operacionais.

Bens adquiridos por Leasing

A Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado o montante de R\$64 como veículos (R\$91 referente o exercício findo em 31 de dezembro 2016), os quais foram adquiridos na modalidade de leasing, sendo deste montante R\$64 estão alienados como garantia da operação.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima de seu valor recuperável.

12 Intangível

| | Vida útil dos ativos intangíveis | Líquido | |
|-----------|----------------------------------|-----------|------------|
| | | 31.12.17 | 31.12.16 |
| Softwares | 2 a 7 anos | 77 | 112 |
| | | 77 | 112 |

Movimentação do intangível:

| | 31.12.16 | Amortização | 31.12.17 |
|-----------|------------|-------------|-----------|
| Softwares | 112 | (35) | 77 |
| | 112 | (35) | 77 |

13 Fornecedores

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|----------------------|---------------|---------------|
| Materiais e serviços | 17.502 | 15.488 |
| | 17.502 | 15.488 |

14 Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Taxa média anual | Moeda | Indexador | Vcto. LP | Circulante | | Não Circulante | |
|-------------------|------------------|-------|-----------|----------|------------|----------|----------------|----------|
| | | | | | Líquido | | | |
| | | | | | 31.12.17 | 31.12.16 | 31.12.17 | 31.12.16 |
| Em moeda nacional | | | | | | | | |
| Finame | 6,00% a.a. | R\$ | Tx Fixa | 2018-20 | 192 | 192 | 205 | 395 |
| | | | | | 192 | 192 | 205 | 395 |

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

Maturidade contratual dos empréstimos e financiamentos:

| Vencimento | 31.12.17 | 31.12.16 |
|-------------------|-----------------|-----------------|
| 2018 | - | 190 |
| 2019 | 190 | 190 |
| 2020 | 15 | 15 |
| | 205 | 395 |

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|---|-----------------|-----------------|
| Salários e encargos sociais | 3.234 | 2.340 |
| Provisões para férias, 13º salário e encargos | 1.777 | 1.607 |
| IRRF a recolher | 184 | 152 |
| PIS e COFINS a recolher | 702 | 2.794 |
| ICMS a recolher | 3.466 | 2.745 |
| Parcelamentos fiscais (REFIS IV) | 3.662 | 3.924 |
| Outros | 217 | 128 |
| | 13.242 | 13.690 |
| Passivo circulante | 10.006 | 10.267 |
| Passivo não circulante | 3.236 | 3.423 |
| | 13.242 | 13.690 |

Desmembramento:

| | | |
|---------------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | 5.191 | 3.947 |
| Tributárias | 8.051 | 9.743 |
| Estadual | 3.466 | 2.745 |
| Federal | 4.585 | 6.998 |
| | 13.242 | 13.690 |

Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributos instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$3.662 (R\$529 no circulante e R\$ 3.133 no não circulante) é devido em 82 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

16 Dividendos declarados

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Dividendos declarados | 5.203 | 3.515 |
| | 5.203 | 3.515 |

Em 31 de dezembro de 2017 a Administração declarou dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$2.238 (R\$1.826 referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2016), que serão submetidos para aprovação do AGO convocada para o mês de abril de 2018. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, se aprovado pela AGO, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultado em uma distribuição de R\$0,40980 por ação ordinária e R\$0,45078 por ação preferencial, a título de dividendos. Os dividendos declarados foram pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$550 (R\$396 no exercício findo em 31 de dezembro 2016), sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A. instituição depositária das ações escriturais.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos em andamento, oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas em estimativas de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|---------------------------|------------|------------|
| Trabalhistas | 726 | 275 |
| Fiscais e previdenciários | 44 | 25 |
| Total | 770 | 300 |

Movimentação das provisões

| | 31.12.16 | Adições | Pagamentos ou mudanças de estimativas | 31.12.17 |
|---------------------------|------------|--------------|---------------------------------------|------------|
| Trabalhistas | 275 | 1.475 | (1.024) | 726 |
| Cíveis | - | 87 | (87) | - |
| Fiscais e previdenciários | 25 | 19 | - | 44 |
| Total | 300 | 1.581 | (1.111) | 770 |

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia era parte em 143 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$10.929 (R\$5.498 em 31 de dezembro 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$726 (R\$275 em 31 de dezembro 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, as quais não há provisão no montante de R\$8.182 (R\$5.117 em 31 de dezembro 2016).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$1.662 (R\$969 em 31 de dezembro 2016).

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

A Administração da Companhia submeterá à aprovação da AGO, convocada para o mês de abril de 2018, aumento de capital com reserva de lucro no valor de R\$16.000.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Retenção de lucros

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

RECEITA BRUTA DE VENDAS

Receitas de vendas de produtos e mercadorias

Provisão para reversão do faturamento não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)

DEDUÇÕES DE VENDAS

Devoluções e descontos

Impostos sobre as vendas

Provisão p/ reversão dos impostos s/ o fat. não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2017 | 2016 |
|--|----------|----------|
| | 215.928 | 183.302 |
| | 642 | 50 |
| | 216.570 | 183.352 |
| | (11.921) | (9.528) |
| | (41.417) | (39.840) |
| | (182) | 35 |
| | (53.520) | (49.333) |
| | 163.050 | 134.019 |

20 Resultado financeiro líquido

Juros Passivos

Juros Ativos

Impostos, contribuições, tarifas e outros

| | 2017 | 2016 |
|--|-------|-------|
| | (407) | (575) |
| | 724 | 790 |
| | (324) | (89) |
| | (7) | 126 |

Receita financeira

Despesa financeira

| | 2017 | 2016 |
|--|-------|-------|
| | 724 | 790 |
| | (731) | (664) |
| | (7) | 126 |

21 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido do exercício

Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil

Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil

Total de ações em circulação - Lote de mil

Lucro básico por ação - R\$

| | 2017 | 2016 |
|--|--------|--------|
| | 9.421 | 7.689 |
| | 2.847 | 2.847 |
| | 2.375 | 2.375 |
| | 5.222 | 5.222 |
| | 1,8040 | 1,4724 |

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

| Classificação por natureza | 2017 | 2016 |
|--|-------------|-------------|
| Depreciação e amortização | (3.048) | (2.805) |
| Despesas com pessoal | (28.198) | (23.876) |
| Matéria prima e materiais de uso e consumo | (115.016) | (95.478) |
| Classificação por função | 2017 | 2016 |
| Custo dos produtos vendidos | (120.349) | (94.221) |
| Despesas com vendas | (25.074) | (25.052) |
| Despesas gerais e administrativas | (5.097) | (2.163) |

23 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certo segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Processados resfriados | 128.995 | 109.600 |
| Processados congelados | 34.055 | 24.419 |
| | 163.050 | 134.019 |

Depreciação apresentada por linha de produto:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Processados resfriados | 2.448 | 2.295 |
| Processados congelados | 600 | 510 |
| | 3.048 | 2.805 |

Total de ativos por segmento:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Processados resfriados | 64.164 | 57.221 |
| Processados congelados | 16.939 | 12.748 |
| | 81.103 | 69.969 |

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|-------------|-------------|
| Processados resfriados | (10) | 102 |
| Processados congelados | 3 | 24 |
| | (7) | 126 |

Total de lucro divulgado por segmento:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Processados resfriados | 7.622 | 6.277 |
| Processados congelados | 1.799 | 1.412 |
| | 9.421 | 7.689 |

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------|---------|---------|
| Rio Grande do Sul | 124.690 | 103.061 |
| Santa Catarina | 24.420 | 19.904 |
| Paraná | 10.844 | 11.054 |
| Outros | 3.096 | - |
| | 163.050 | 134.019 |

Depreciação apresentadas por área geográfica:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------|-------|-------|
| Rio Grande do Sul | 2.331 | 2.158 |
| Santa Catarina | 456 | 417 |
| Paraná | 203 | 230 |
| Outros | 58 | - |
| | 3.048 | 2.805 |

Total de ativos por área geográfica:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------|--------|--------|
| Rio Grande do Sul | 62.022 | 53.806 |
| Santa Catarina | 12.147 | 10.390 |
| Paraná | 5.394 | 5.773 |
| Outros | 1.540 | - |
| | 81.103 | 69.969 |

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$150 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão da demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

| | Notas | 31.12.17 | 31.12.16 |
|-------------------------------|-------|---------------|---------------|
| Ativos | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 14.251 | 12.187 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 21.359 | 19.126 |
| | | 35.610 | 31.313 |

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

| 31.12.17 | | | | | | |
|------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-------------|---------------|
| Nota | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Valor Justo | |
| Fornecedores | 13 | 17.502 | - | - | - | 17.502 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 192 | - | 205 | - | 397 |
| Dividendos declarados | 16 | 5.203 | - | - | - | 5.203 |
| Valor Justo | | 22.897 | - | 205 | - | 23.102 |

| 31.12.16 | | | | | | |
|------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-------------|---------------|
| Nota | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | Valor Justo | |
| Fornecedores | 13 | 15.488 | - | - | - | 15.488 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 192 | - | 395 | - | 587 |
| Dividendos declarados | 16 | 3.515 | - | - | - | 3.515 |
| Valor Justo | | 19.195 | - | 395 | - | 19.590 |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, sendo assim não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

| Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa | 31.12.17 | 31.12.16 |
|--|--------------|--------------|
| Aplicações financeiras - CDB | 5.225 | 5.880 |
| Empréstimos e financiamentos | (397) | (587) |
| | 4.828 | 5.293 |

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)

| Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.12.17 | Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.12.16 |
|--|--|
| 48 | 53 |

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada a seguir:

| | 31.12.17 | 31.12.16 |
|---|---------------|---------------|
| Total do Passivo Circulante e não Circulante | 39.620 | 35.669 |
| (-) Caixa e Equivalentes de Caixa | (14.251) | (12.187) |
| (=) Dívida Líquida (A) | 25.369 | 23.482 |
| Total do Patrimônio Líquido (B) | 41.483 | 34.300 |
| Relação Dívida | 0,6116 | 0,6846 |

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas

Garantias prestadas

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 14 Empréstimos e financiamentos.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

| | Notas | 31.12.17 | 31.12.16 |
|--|-------|---------------|---------------|
| Ativos | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | |
| Aplicações financeiras - CDB | 4 | 5.225 | 5.880 |
| Empréstimos e recebíveis | | | |
| Caixa e bancos | 4 | 9.026 | 6.307 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 21.359 | 19.126 |
| Total | | 35.610 | 31.313 |
| Passivos | | | |
| Passivos pelo custo amortizado | | | |
| Fornecedores | 13 | 17.502 | 15.488 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 397 | 587 |
| Dividendos declarados | 16 | 5.203 | 3.515 |
| Total | | 23.102 | 19.590 |

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia do valor justo

| | | Valor contábil em 31.12.17 | | |
|--------------------------------------|--|----------------------------|---------|---------|
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Aplicações financeiras - CDB | | - | 5.225 | - |
| | | | | |
| | | Valor contábil em 31.12.16 | | |
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Aplicações financeiras - CDB | | - | 5.880 | - |

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | Notas | 31.12.17 | | 31.12.16 | |
|------------------------------------|-------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Caixa e bancos | 4 | 9.026 | 9.026 | 6.307 | 6.307 |
| Aplicações financeiras - CDB | 4 | 5.225 | 5.225 | 5.880 | 5.880 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 21.359 | 21.359 | 19.126 | 19.126 |
| Ativos financeiros totais | | 35.610 | 35.610 | 31.313 | 31.313 |
| Fornecedores | 13 | (17.502) | (17.502) | (15.488) | (15.488) |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | (397) | (397) | (587) | (587) |
| Dividendos declarados | 16 | (5.203) | (5.203) | (3.515) | (3.515) |
| Passivos financeiros totais | | (23.102) | (23.102) | (19.590) | (19.590) |
| | | 12.508 | 12.508 | 11.723 | 11.723 |

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Jackisch
 Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ivo Jose Dreher
 Diretor Administrativo e Financeiro

Luciane Klein
 Contador CRC 34550/O-6 SC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joanita Maria Maestri Karoleski
 Conselheiro

Gilberto Tomazoni
 Conselheiro

Renato Jackisch
 Conselheiro